

Para quando o calo aperta – os trabalhadores-policiais do Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império.

To face the stress of weather – São Paulo's Corpo Policial Permanente policemen-workers in the end of the Empire.

André Rosemberg*

Artigo enviado em 24 de março de 2009 e avaliado em 10 de junho de 2009

Resumo:

Neste artigo pretendo analisar o Corpo Policial Permanente de São Paulo no final do Império como uma alternativa de ocupação para uma importante parcela da população pobre, formada principalmente de homens, brasileiros e não-brancos. O período em questão marca a crise do regime escravista, o início da chegada maciça de imigrantes e a transferência das áreas de fronteira agrícola para o Oeste da província.

Palavras-chave:

Polícia. São Paulo. Trabalho.

Abstract:

It is the scope of this article to analyze São Paulo's Corpo Policial Permanente as a valid option of occupation for an important portion of the state poor population, whose attributes were male gender, Brazilian origin and non-white ethnicity. This period is characterized by a crisis of slavery production-based system, the beginning of the mass immigration and the transfer of coffee plantations to the West.

* André Rosemberg é mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, atualmente leciona Sociologia e Metodologia Aplicada na Universidade da Cidade de São Paulo. Publicou *Ordem e burla – processos sociais, escravidão e justiça em Santos, na década de 1880* (Alameda, 2003). Sua tese de doutorado, defendida em maio de 2008 – *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura* –, foi aceita para publicação pela EDUSP e contará com auxílio da FAPESP, que também financiou a elaboração desta pesquisa. Endereço: rua Fernão Dias, 128, apto 151b, 05427-000, São Paulo; email: andrerosemberg@usp.br.

Police. São Paulo. Labor.

Já é bastante notório na historiografia sobre a polícia brasileira seu papel no controle sobre o mercado de trabalho, principalmente no período de transição entre a desagregação do regime escravista e a implementação da mão-de-obra livre.¹

Principalmente em São Paulo, destino de grosso contingente de imigrantes estrangeiros e berço do nascente movimento operário, as forças policiais teriam operado como instrumento das elites para garantir o cumprimento dos contratos de trabalho, nas fazendas do interior²; além de, nos núcleos urbanos mais adensados, como a capital, Santos e Campinas, terem empreendido uma deliberada política de controle social, prendendo, muitas vezes sem futuro processo judicial, homens, mulheres e menores pobres sob a alegação de vadiagem, embriaguez e desordem.³ Sob os auspícios dessas mesmas elites, tais prisões correccionais visavam constranger essa população baldia – as “classes perigosas” – a tomar ocupação formal e levar uma vida morigerada, dentro dos padrões de moralidade, decoro e de higiene ditados pela “modernidade” do novo tempo.⁴

Mesmo durante o Império, o papel normativo atribuído à polícia foi o de constante suporte ao status quo, o que significava apoio irrestrito a senhores de escravo na punição aos cativos faltosos e perseguição aos fugidos, num flagrante embaciamento das fronteiras entre o público e o privado.⁵

¹ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Polícia e trabalhadores urbanos em São Paulo”. In: *Locus*, v. 11, n. 1 e 2, 2005; CRUZ, Heloisa. “Mercado e polícia – São Paulo 1890-1915”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, mar./ago. 1987; MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)”. In: Marcelo Badaró Mattos (org.). *Trabalhadores em greve: polícia em guarda – greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004; NEDER, Gizlene. *Criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho no Brasil: 1890-1927*. Tese de Doutorado - USP, São Paulo, 1986.

² LAMOUNIER, Maria Lucia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1986.

³ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴ MUNHOZ, Sidnei. *Cidade do avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese de Doutorado - USP, São Paulo, 1997; MARTINS, Valter. “Policiais e populares: educadores, educandos e a higiene social”, in: *Cad. Cedes*, v. 23, n. 59, abril de 2003; SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado - USP/FFLCH - São Paulo, 2004.

⁵ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997; FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e segurança. Força Pública do Estado de São Paulo, fundamentos histórico-sociais*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1974; MONSMA, Karl. “A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900”, comunicação apresentada no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association, Nova Orleans, 2008.

Também teriam se repetido os mesmos padrões vigentes na virada do século e durante todo o período republicano, no que toca o comportamento das forças policiais, cujo objetivo seminal parece ter sido repressão indistinta e eficiente contra a população desvalida em prol de interesses associados com grupos economicamente dominantes.⁶

Sem colocar em xeque os fundamentos dessa abordagem, pretendo problematizá-la, enriquecendo os debates acerca do papel desempenhado pela força policial, principalmente sua facção militarizada. No esteio de outros trabalhos pioneiros⁷, gostaria de inverter o prisma da análise para apresentar o agente policial como um ator social dotado de subjetividade, e não apenas funcionando como metonímia reificada da instituição ou como reprodutor do papel normativo presente na expectativa majoritária: a defesa intransigente ora de uma política de Estado ora dos interesses dos poderosos.

Assim, neste artigo, pretendo apresentar o policial enquanto trabalhador, engajado numa dinâmica sociocultural similar àqueles sobre os quais deveria recair sua vigilância.⁸ Ao proceder a essa inversão, aponto não apenas para novos aspectos da relação entre o poder público e a população, mas objetivo jogar luz para alternativas até então pouco evidentes de ocupação da população livre pobre num período de reorganização das fronteiras agrícolas, populacionais e geográficas da província de São Paulo, e, principalmente, num momento de transição do paradigma de mão-de-obra, tendo como “empregador” justamente o Estado.

Para isso, focalizo o policial pertencente ao Corpo Policial Permanente (doravante CPP), instituição embrionária da atual Polícia Militar, entre 1868, ano em que foi reorganizado no período final da Guerra do Paraguai, até 1889, quando é novamente reorganizado pelo governo republicano. Vale dizer que do ponto de vista funcional, com a volta do contingente que estivera no front e com a desmobilização da Guarda Nacional de suas funções policiais, em 1873, o CPP torna-se, por excelência, o organismo responsável pelo policiamento da província.⁹

⁶ NEDER, Gizlene. *A polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981.

⁷ BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 1987; e, do mesmo autor, *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁸ ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutoramento - FFLCH/USP - São Paulo, 2008.

⁹ Essa tarefa o CPP passa a dividir com a Companhia de Urbanos, instituída em 1875, incumbida da capital, e com as polícias locais, organizadas em âmbito municipal. Entretanto, é considerado o CPP a principal instituição policial, estruturada a partir de princípios burocráticos e profissionalizados, com o fito de estender a autoridade do poder público aos

Quadro 1 – Efetivos do CPP e da polícia local na província de São Paulo¹⁰

CPP	Local	Total	Ano	CPP	Local	Total	Ano	CPP	Local	Total	Ano	CPP	Local	Total
800	0	800	73/74	453	500	953	79/80	708	0	708	85/86	508	800	1308
300	0	300	74/75	422	500	922	80/81	1080	0	1080	86/87	508	800	1308
800	0	800	75/76	346	500	846	81/82	1134	0	1134	87/88	508	800	1308
800	0	800	76/77	384	700	1084	82/83	958	0	958	88/89	1500	0	1500
429	322	751	77/78	708	0	708	83/84	1102	0	1102	89/90	1500	0	1500
453	500	953	78/79	708	0	708	84/85	498	800	1298				

Fonte: Coleção de leis e decretos da província de São Paulo

rincões mais afastados da província. Para se ter uma ideia, em janeiro de 1881, os 857 praças que efetivamente compunham o CPP estavam divididos em 114 municípios e freguesias paulistas.

¹⁰ A soma do efetivo do CPP leva em conta Estado Maior, Estado Menor, oficiais e praças.

O Corpo Policial Permanente e a crise do sistema escravista

Entre 1868 e 1889, o CPP incorporou em suas fileiras cerca de 4300 homens. Mais especificamente, foram computados 4228 engajamentos¹¹, sendo 3953 engajamentos inéditos.¹² Dentre o montante total, 3582 foram de brasileiros, ou seja, 90% do total. Essas informações referem-se também a marcos temporais relativos a um período particularmente agitado da história brasileira e paulista, cujos desdobramentos impactaram a vida de milhares de indivíduos, afetados diretamente pelo aguçamento da crise do sistema escravista, da arribada dos imigrantes estrangeiros e do deslocamento das fronteiras agrícolas para o Nordeste paulista, na esteira do avanço das fazendas de café.

É um tempo, enfim, que marca um remodelamento dos parâmetros do uso da mão-de-obra, quando, cada vez mais, incorpora-se ao mercado de trabalho, calcado prioritariamente (mas não exclusivamente) na liça escrava, um contingente de trabalhadores livres, seja ele de libertos, de forâneos, ou de migrantes que chegam de outras províncias.¹³

Nesse período de transição, o problema da mão-de-obra torna-se inclusive uma *questão* debatida pelos fazendeiros e legisladores, solidificando-se

¹¹ Esses dados foram coletados a partir dos livros de Relação de Mostra da corporação. Tais livros eram escriturados mês a mês pelo comando do CPP. De sua leitura apreende-se, nominalmente, quem recebera os vencimentos, quais praças tiveram problemas disciplinares, onde estavam destacadas as passagens pela enfermaria, as mortes, as baixas e, no fim do volume, havia uma lista das praças que foram engajadas naquele mês específico. A escrituração era dividida por companhia. Ao lado do nome do recém-ingresso, o notário acostava algumas informações biográficas sobre o voluntário. Eram elas: filiação (nome do pai), lugar do nascimento, data do nascimento, altura, cor dos olhos, cor do cabelo, cor da pele, situação conjugal, ofício, última residência, local do destacamento e data do juramento. A documentação do CPP, que dormita no Arquivo do Estado de São Paulo, guarda a série quase completa desses livros, salvo aqueles referentes ao segundo semestre de 1886, ao ano de 1887 e ao primeiro semestre de 1889.

¹² Como veremos a seguir, alguns policiais entraram mais de uma vez na corporação.

¹³ Muitos estudos ajudaram a desnudar as ricas formas de articulação da população livre com as alternativas socioeconômicas que se apresentavam. EISENBERG, Peter L. “Trabalhadores esquecidos: o trabalhador livre nacional no século XIX – sugestões para uma pesquisa”. In: *Homens esquecidos – escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 1989; DIAS, Maria Odila L. S. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/USF, 1998; MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Unicamp, 1998; MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista – mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830 – 1888*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003; LINS, Sílvia Queiroz Ferreira Barreto. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de muires à instalação das estradas de ferro (1855-85)*. Tese de doutoramento -USP/ FFLCH - São Paulo, 2003.

um discurso quase uníssono que depreciava o braço brasileiro – o “elemento nacional” – tachando-o com apanágios que desabonam sua “raça”, bem como seu “caráter”. Preparava-se o terreno com a base ideológica para as proposições de branqueamento populacional que alguns anos mais tarde fundamentaram, por exemplo, as políticas de subvenção oficial de imigração de europeus.

Do preconceito, derivou um estereótipo: a marca da vadiagem estigmatizou o brasileiro pobre no discurso da intelectualidade nacional, justificando em termos raciais sua inexistência como povo. Má fama que adentrou o século XX e ilustrou as teorias deterministas e fatalistas que pressagiavam um futuro desastroso para o país.¹⁴

Ao menos formalmente, o arcabouço ideológico construído em torno da não-identidade desse povo em lacuna e de sua indigência racial justificou a política governamental de subsídio à imigração a partir de meados da década de 1880 e a sua conseqüente marginalização, principalmente no que concerne ao ex-escravo, na disputa pelas vagas de trabalho abertas em função do recrutamento da atividade industrial na virada do século XIX para o XX.¹⁵

É a partir desse quadro, em que se entrecruzam uma potente construção ideológico-racial e sua efetiva concretização prática, tomadas as inevitáveis conseqüências depreciativas na ocupação de uma mão-de-obra brasileira, que deve ser analisado o aproveitamento do brasileiro como praça do CPP. Se, por um lado, o discurso dominante se inclinou ao estrangeiro, num claro projeto de criação de uma identidade nobre para um povo sem feições; no que toca às autoridades policiais, uma parcela dessa população estrangeira, principalmente a italiana, era indesejada para servir na força policial. Demonstrem isso os discursos extraídos da documentação policial, patentes em afirmar a rejeição ao estrangeiro para servir na polícia paulista.¹⁶ Nesse contexto, a despeito do déficit de caráter

¹⁴ Ver: NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1998; e SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ ANDREWS, George Reid Andrews. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1991; GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar – trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889 – 1914*. São Paulo: Editora Unesp/Prefeitura de Santos, 1992; MACHADO, Maria Helena P. T. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: GOMES, Flávio dos Santos & CUNHA, Olívia Maria Gomes da (orgs.). *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005; MONSMA, Karl. “Symbolic conflicts, deadly consequences: fights between Italians and blacks in western São Paulo, 1888-1914”. *Journal of Social History*, verão de 2006.

¹⁶ ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. op. cit.

atribuído ao trabalhador brasileiro, foi sua a incumbência de envergar o uniforme e as armas da corporação.

Em consonância a esse processo, do ponto de vista geoeconômico, o avanço do café para as terras intocadas do Oeste novo provocou um trânsito intenso das regiões de retaguarda, que se depauperavam, como o Vale do Paraíba, Vale do Ribeira e Vale do Paranapanema, em busca de ocupação nas novas áreas de fronteira. A discrepância econômica intra-provincial acarretou consequências no dia-a-dia dos trabalhadores, que se viram obrigados a se adaptar às novas circunstâncias de vida e a novas formas de trabalho, cambiantes de região a região.

Assim, a presença do “elemento nacional” nas forças policiais de São Paulo foi um dos vetores na intensa dinâmica da concretização de um mercado de trabalho livre. E, nesse contexto intrincado, o CPP, enquanto instituição governamental, instalada em todas as áreas da província, mesmo nos mais remotos grotões, tornou-se mais uma alternativa viável de ocupação para esses homens disponíveis, que cotidianamente pelejavam pela sobrevivência.

Ser policial: uma alternativa de trabalho entre muitas outras

Nunca, durante o período imperial, o fato de ser policial tornou-se alternativa de carreira duradoura. O tempo médio de permanência dos soldados do CPP era de 3,6 anos. Um processo inverso ocorria nas forças policiais europeias, como por exemplo a Polícia Metropolitana de Londres, que no decorrer do século XIX passou a incorporar recrutas cada vez mais jovens, tornando-se um porto-seguro para uma importante parcela da população sem perspectivas no mercado de trabalho cada vez mais competitivo¹⁷. Por aqui, durante as últimas duas décadas do Império, os ingressantes no CPP paulista tiveram a idade média (27,6 anos ao longo do período estudado) elevada, isto é, passaram a entrar na polícia cada vez mais envelhecidos.

Esses dados reforçam o fato de que o ingresso na polícia brasileira consistia num recurso a mais a ser articulado pelo brasileiro pobre, em meio às diversas possibilidades de ajustes no bojo da complexa rede de organização do trabalho que se lhe ofereciam. Pode-se aventar que o trabalhador tenha buscado a polícia como uma maneira pontual, muitas vezes transitória e fugaz, de complementar o orçamento, que conjugava proventos oriundos de outras ati-

¹⁷ SCHPAYER-MAKOV, Haia. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Burlington: Ashgate, 2002.

vidades: o indivíduo encontrava no CPP um arrimo para se aliviar dos apertos momentâneos. Só incidentalmente o recruta perseverava na polícia, assumindo o ser policial como seu ofício principal.

Ademais, a inconstância da carreira é reconhecível pela presença recidiva de alguns praças que se engajaram duas ou três vezes ao longo do período estudado, em intervalos aleatórios. Muitos exemplos são extraídos da documentação. Dentre os quais, podemos citar o caso de Benedicto Ferreira de Castilho. Sua história torna-se interessante quando articulada a contextos socioeconômicos peculiares da São Paulo do fim do Império, notadamente no que concerne à região do Vale do Paraíba.

Natural de São Luis do Paraitinga, Benedicto engajou-se pela primeira vez em 1880, aos 23 anos. Dois anos mais tarde, em 1882, seu nome aparecia novamente nos registros, como recruta da terceira companhia. Quando foi engajado pela segunda vez, morava em Taubaté, município vizinho de sua cidade natal.

Com efeito, Taubaté era o centro irradiador daquela zona do vale paraibano, a despeito do declínio da produção cafeeira e da reestruturação econômica que afetava a região. O momento de crise restringiu as oportunidades de trabalho no campo e transformou a cidade em desafogo para os prófugos das fazendas da região, dos latifundiários que lá firmavam residência, dos pequenos proprietários que buscavam viver das rendas dos escravos ou dos cargos públicos.¹⁸ O crescimento urbano em conjunto com a carência de postos de trabalho nas grandes fazendas e mais o agastamento das terras disponíveis para a agricultura de sobrevivência, como decurso do próprio desenvolvimento regional, voltado à monocultura cafeeira, condicionavam a população pobre a um processo deambulatório frequente, ou rumo às fronteiras em expansão, ou se adaptando precariamente às condições locais.¹⁹

Inserido nesse contexto, Benedicto, como vários de seus conterrâneos, deve ter se aproveitado da grande oferta para os voluntários à praça do CPP, já que em duas ocasiões servira-se da polícia. Como era natural de São Luis do Paraitinga, talvez tivesse tentado a sorte nas lavouras de algodão que se reproduziram no município, e por toda a região, em decorrência do declínio da atividade tropeira.²⁰

¹⁸ SOTO, Maria Cristina Martinez Soto. *Pobreza e conflito. Taubaté 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2000.

¹⁹ DEAN, Warren. *Rio Claro – um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; GRAHAM, D. Graham & HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil, 1872-1970*. São Paulo: IPÊ, 1984; EISENBERG, Peter. “Trabalhadores esquecidos: o trabalhador livre nacional no século XIX – sugestões para uma pesquisa”. In: *Homens esquecidos-escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. op. cit.

²⁰ Sobre a cultura algodoeira, ver CANABRAVA, Alice P. *O algodão em São Paulo 1861-1875*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

Ampliando-se essa análise para os engajamentos realizados em 1888, ano em que foram incorporados, de uma só vez, 1006 praças, podemos ter uma ideia das variações regionais em relação ao local de engajamento, o que pode ser um indicativo das nuances do mercado de trabalho na província e do papel do CPP como alternativa de ocupação para a população pobre.

Como é sabido, no final dos anos 1880, o café já dominava as regiões do Oeste, bem para além das fronteiras de Campinas, atingindo os umbrais de Araraquara e Ribeirão Preto e até mesmo a distante São José do Rio Preto, na fronteira das “terras desconhecidas”. A transferência do eixo econômico para aquela região provocou um adensamento demográfico local, em detrimento de outras áreas da província, a exemplo do Litoral Norte, do Vale do Paraíba, do Vale do Ribeira e do Vale do Paranapanema.

Nas zonas de economia estagnada, à escassez de oportunidades e à progressão da concorrência, muito devido à crise da escravidão, engajar-se no CPP era uma opção relevante, mas temporária para uma parcela da população alijada da inserção econômica mais compensatória. Isso pode explicar a sobre-representação dos engajamentos realizados nas cidades do Vale do Paraíba em relação ao Oeste Paulista, consideradas as áreas de fronteira antiga (Campinas e Limeira) e recente (Ribeirão Preto e São Simão). Em 1888, no que concerne ao Vale do Paraíba, foram 284 engajados, o que representa 28,23% do total de incorporações para aquele ano. Já para na região do Oeste estendido, foram recrutadas 176 praças, correspondente a 17,49% dos 1006 recrutas.²¹

No mesmo sentido, pudemos verificar que tanto as regiões mais isoladas da província quanto aquelas de menor potencial econômico, aí consideradas as regiões ao sul de Itapetininga e o Vale do Ribeira (Apiá, Iguape, Xiririca), no primeiro caso, e as bocas de sertão mais avançadas a oeste do Vale do Paranapanema, último bastião das “terras conhecidas” (Botucatu, Faxina, Campos Novos, Rio Verde, Rio Novo), forneceram 159 policiais, ou 15,80% do total de engajados, a despeito da menor densidade demográfica daquela zona (cf. quadro 02).²² Isso quer dizer que enquanto os engajamentos no Vale do Paraíba e nas regiões do Ribeira e do Parana-

²¹ Para efeitos deste trabalho, agrupamos cidades de zonas diferentes, de acordo com a divisão clássica proposta por MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo*. São Paulo: s/n, 1938. Assim, em referência ao que chamamos de Oeste estendido, agregamos municípios das zonas Araraquarense, Douradense e Paulista; Baixa Paulista e Mogiana e alguns municípios da Zona Central, como Campinas, Santa Bárbara e Piracicaba.

²² Foram considerados os municípios e freguesias dessas duas áreas, congregando as zonas Alta Sorocabana e Baixa Sorocabana.

panema estão sobre-representados em relação à população daquelas áreas, os engajamentos realizados nas cidades do Oeste estendido estão sub-representados. Assim, podemos sugerir que quanto mais pobre a região, mais sedutora era a opção de se tornar policial.

Quadro 02 – Engajados por região em 1888

Região	Engajados	Região/total engajados	População região/ População total província (1886)
Oeste estendido	176	17,49%	25,72%
Vale do Paraíba	279	27,73%	19,33%
Ribeira e Paranapanema	159	15,80%	10,78%
Total	614	61,52%	55,83%

Fonte: Livro de Relação de Mostra; e BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do Passado – dados demográficos*. Campinas: Unicamp/NEPO, 2001.

Zé Praxedes e Chico Sorocabano: dois estudos de caso

A história de José Antonio Praxedes, praça do CPP, ilustra bem a situação. Nascido em Faxina, na boca do Paranapanema, uma das regiões mais atrasadas da província, foi engajado pela primeira em 1878, aos 21 anos, quando lá residia. Na ocasião, declarou ser casado, de ofício ferreiro e foi considerado de cor parda. Em 1882, quando estava destacado em Ribeirão Preto, coração do que viria a ser o novo eldorado cafeeiro, no extremo oposto da província, escreveu uma missiva particular ao comandante do Corpo, solicitando sua transferência para a cidade de Paranapanema, onde residia sua família.

Vê-se que o itinerário do policial o tinha levado para muito longe dos seus. A enorme distância dos familiares, que talvez experimentassem uma situação de pobreza agravada pela retração econômica por que atravessava aquela região, e a dificuldade de receber notícias e de comunicar recursos tornavam muito aflitiva sua permanência em Ribeirão Preto. Também teria dificuldade de se dirigir até o sul da província. A viagem era longa, tortuosa e, sobretudo, onerosa. Agora, caso conseguisse uma transferência, os custos seriam arcados pela instituição e, uma vez reunido aos familiares e à sua comunidade de origem, Praxedes poderia desempenhar uma atividade complementar ao serviço policial (lembremo-nos de que era ferreiro de ofício).

Mas seu pedido foi negado e, com isso, provavelmente foi encaminhado para São Paulo. Até 1888, perdemos o contato com esse po-

licial. Naquele ano, entretanto, ele é novamente engajado para o CPP. Permanecia casado, mas não declarou ofício. E residia em Faxina, como no primeiro engajamento.

Trajatórias de trabalhadores como Praxedes, que buscam a polícia como arrimo num momento de precisão, ou, às vezes, em circunstâncias bastante desairosas, se entrecruzam nos arquivos. Em 1887, o comandante do CPP oficiou ao presidente da província no seguinte sentido:

Estando pronunciado pelo Dr. Juiz de Direito do 1o Distrito Criminal desta Capital o soldado deste Corpo Francisco Antonio Gomes, conhecido por Chico Sorocabano, por crime de furtos de animais quando paisano, peço a V. Exa. para que se digne autorizar-me a excluí-lo do estado efetivo do Corpo com baixa do serviço (...).²³

A alcunha é reveladora: grande é a chance de Chico ser natural, ou radicado, em Sorocaba. E, por isso, deve ter se envolvido diretamente no contexto econômico local: o comércio de animais e a feira de muares.

A cidade de Sorocaba funcionou como o foco centrípeto do comércio de muares provenientes do Sul do país e redistribuídos a partir da cidade para os centros produtores de açúcar, algodão e depois café. Mesmo os modestos sitiantes e os donos de minguados terrenos no entorno da cidade aproveitavam a ocasião do evento para alugar os pastos e suplementar a renda familiar, fruto da agricultura de primeiros gêneros que abastecia aquele mundaréu. Foi a partir do início da década de 1880 que essa atividade entrou em desaceleração, muito pela expansão da rede ferroviária que, pouco a pouco, tornava obsoleto o transporte animal. Os investimentos no comércio de animais foram paulatinamente deslocados para outros empreendimentos e Sorocaba foi perdendo seu lugar de destaque na geografia da província.²⁴

É possível que, num passado recente, Chico Sorocabano tivesse tirado seu sustento do trato com animais. Talvez tivesse sido proprietário de alguns desses pastos, recém-despojados pelo poder público. O contato fácil com os negociantes, a oportunidade sedutora, a pobreza que ameaçava à medida que o antigo negócio minguava podem tê-lo influenciado a ampliar sua margem de ação. E o furto surgiu como mais uma opção no concorrido mercado da sobrevivência. Pronunciado, tentou a sorte na polícia. Visava apagar o apelido pregado no “mundo paisano”, adquirir nova identidade. Esta outra, oficial, assumida quando se tornou praça de polícia: Francisco Antonio Gomes. Nome que substituiu a alcunha famigerada e, de roldão, ensaiou apagar o passado cri-

²³ *Ofício do comandante do CPP ao presidente da província, em 14/05/1887.* Arquivo Público do Estado de São Paulo, co2341.

²⁴ BADINI, Cassia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano.* São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p. 128.

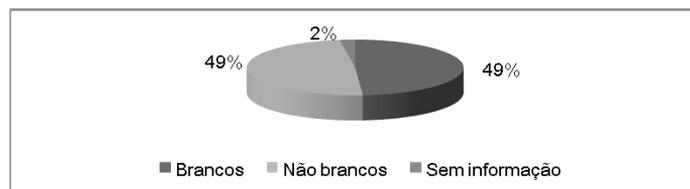
minoso. Engajar-se no CPP tornou-se, portanto, uma alternativa de ocupação em meio a outras formas de organização do trabalho e, mais largamente, de luta pela sobrevivência, numa sequência que pode ser traduzida assim: tropeiro, ladrão e policial.

Depois do cativo

Se o engajamento no CPP significava, à primeira vista, alívio para uma carestia imediata, uma ocupação que, no mínimo, aquinhovava um novo praça com um salário monetarizado, coisa rara naquele período, também podia significar, para o recruta, casa, roupa e comida – quartel, uniforme e rancho (fornecidos pela instituição) –, que garantiam subsistência mínima num ambiente de extrema carestia e pobreza, mesmo a despeito de todas as mazelas e penúrias materiais por que atravessou a instituição no período. No mesmo sentido, num plano mais abrangente, o ingresso no CPP pôde implicar para uma importante parcela da população masculina, a exemplo do que ocorreu com Chico Sorocabano, a inserção nas tramas de um mundo formal, em que se reconheciam direitos, deveres, e que, sob as regras disciplinares do regulamento da instituição, todos eram reconhecidamente iguais.

O ingresso nessa escala de cidadania torna-se tão mais importante quando se tem em conta que, entre 1874 e 1889, 49% dos engajados no CPP foi de não-brancos contra 49% de brancos.²⁵ Se tomarmos apenas o engajamento de brasileiros, o percentual sobe para 54% de não-brancos e para 44% de brancos. E, entre maio de 1888 e dezembro de 1889, esse índice salta para 64% de não-brancos e para 34% de brancos, conforme indicam os gráficos 1, 2 e 3.

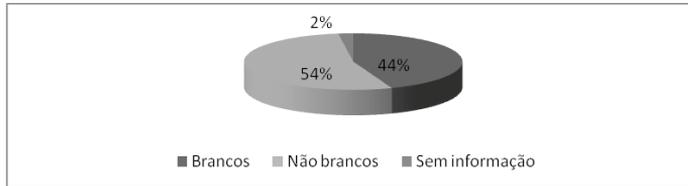
Gráfico 01 – Percentual de frequência de engajamentos por cor da pele entre 1874 e 1889



Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

²⁵ 1874 foi o ano em que a cor da pele do engajado passa a constar dos livros de relação de mostra. De acordo com a designação oficial empreendida pelo CPP, entre os não-brancos, contabilizam-se, principalmente, morenos, pardos, mulatos e pretos.

Gráfico 02 – Percentual de frequência de engajamento por cor da pele entre os brasileiros entre 1874 e 1889



Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

Gráfico 03 – Distribuição de frequência de engajamentos brasileiros entre maio de 1888 e dezembro de 1889 por cor da pele



Fonte: Livros de Relação de Mostra/AESP

Outra correspondência essencial é cotejar o número de praças não-brancos com dados étnicos da população geral da província. Relacionando essas informações seja com o censo de 1872 seja com o censo de 1890, percebe-se uma sobre-representação de policiais não-brancos em relação à população de homens livres da província, conforme indica a tabela 02.²⁶ (tabela 03)

Tabela 03 – Distribuição da frequência entre a população livre da província de São Paulo por ano do censo e cor da pele

Ano	Branco	Não Brancos	Total
1872	59,33%	40,67%	100%
1890	63,07%	36,93%	100%

Fonte: Censos populacionais de 1872 e 1890

²⁶ SÃO PAULO. *Memória urbana – a grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001. 3 vol. Tabela 26.

Isso implica sugerir que, numa sociedade escravista, altamente hierarquizada, em que a cor da pele era um estigma, a porta de entrada da polícia estava aberta aos não-brancos. O acirramento pela disputa de um lugar no mercado de trabalho, que criava um quadro de desemprego crônico, a imprevisibilidade das oportunidades e uma paulatina preferência pelo emprego de estrangeiros nas vagas ainda incipientes de uma indústria de bens de consumo que se estabelecia em São Paulo tornavam as oportunidades de inserção dos trabalhadores nacionais, principalmente os libertos, ainda mais diminutas.

No entanto, mais importante que o dinheiro minguado, para os pobres e, principalmente, para os não-brancos, muitos deles ex-escravos, o engajamento podia significar a entrada no mundo oficial, do reconhecimento, de uma certa dose de cidadania: uma importante via de inclusão social.²⁷ Conferia a uma biografia anônima um reconhecimento, quando não social, ao menos oficial. Como policial, um indivíduo sem patrônimo, herança de genealogia entrecortada, de súbito ganhava uma identidade civil, via seu nome e sobrenome inscritos nos compêndios da instituição. Passava a ter direitos, deveres, mas que lhe empenhavam uma carga de responsabilidade e de visibilidade. O engajamento funcionava como uma espécie de validação, de chancela, de um passaporte à efetiva existência no mundo do trabalho formal, pelo menos enquanto o calo apertasse.

²⁷ Sobre os vários significados de cidadania, ver CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos". In: *Estudos Históricos*, n. 18, 1996, p. 341.